

**A cidade do Salvador: um gesto de  
interpretação literário de José de Alencar**

**The city of Salvador: a literary gesture of  
interpretation by Jose de Alencar**

**JOÃO ANTONIO DE SANTANA NETO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB/BRASIL)

**RESUMO**

Neste trabalho, tem-se por objetivo aplicar pressupostos teóricos da Análise de Discurso filiada a Pêcheux com o objetivo de estudar a cidade do Salvador em seus aspectos urbanos e em uma perspectiva discursiva. Entre os pressupostos teóricos, destacam-se formações ideológica e discursiva, interdiscurso, memória discursiva, arquivo e sujeito. O *corpus* selecionado para este trabalho é composto por recortes do primeiro e nono capítulos do romance *As minas de prata* de José de Alencar (1865), uma vez que nesse trecho da obra é apresentado um “retrato” da cidade, em uma narrativa complexa, que se reporta ao ano de 1609.

**Palavras-Chave:** Análise do Discurso. Arquivo. José de Alencar. Minas de Prata.

\*Sobre o autor ver página 138, no final do artigo.

**ABSTRACT**

*In this work, it is had for objective to apply estimated theoreticians of the Analysis of Discourse by Pêcheux with sights to study the city of Salvador in its urban aspects and a discursive perspective. Among the estimated theoreticians, formations ideological and discursive, interdiscourse, discursive memory, archive and subject are distinguished. The corpus selected for this work is composed for clippings of first and the ninth chapters of the romance *As minas de prata* by José de Alencar (1865), a time that in this stretch of the workmanship is presented “picture” of the related city, in a complex narrative, that if reports to the year of 1609.*

**KEYWORDS:** *Analysis of Discourse. Archive. José de Alencar. Minas de prata.*

Este trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa “A heterogeneidade significativa do discurso urbano da cidade do Salvador”, em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL), Departamento de Ciências Humanas – *Campus* I – da Universidade do Estado da Bahia, e está também vinculado ao Núcleo de Estudos da Análise do Discurso (NEAD) da Universidade Católica do Salvador, grupo de pesquisa devidamente registrado no CNPq.

Neste trabalho, tem-se por objetivo aplicar pressupostos teóricos da Análise de Discurso filiada a Pêcheux com o objetivo de estudar a cidade do Salvador em seus aspectos urbanos e em uma perspectiva discursiva. Entre os pressupostos teóricos que se filiam a Pêcheux, destacam-se formações ideológica e discursiva, interdiscurso, memória discursiva, arquivo e sujeito.

O *corpus* selecionado para este trabalho é composto pelo primeiro capítulo do romance *As minas de prata* de José de Alencar (1865), uma vez que nesse trecho da obra é apresentado um “retrato” da cidade, em uma narrativa complexa, que se reporta ao ano de 1609.

Na análise, parte-se do princípio de que um texto literário é a materialização de um discurso que, embora se apresente de forma

representada, pode remeter-se às relações concretas do meio social. Dessa forma, no discurso, o indivíduo, como formulador, é interpelado pela ideologia e assujeitado à língua, para se constituir em um sujeito que se filia a uma formação discursiva e exerce a função-autor, expressando um gesto de interpretação. A função-autor é, portanto, constituinte da noção de sujeito, visto que aquela é a “responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo o efeito de continuidade do sujeito” (ORLANDI, 1996, p. 69).

Convém salientar que esse gesto de interpretação literário está subordinado à formação ideológica a que se filia a formação discursiva tomada pelo formulador no exercício da função-autor para se subjetivar. Nesse jogo, o sujeito identifica-se imaginariamente com a forma-sujeito e se constitui em “sujeito do discurso”, em um efeito-sujeito de uma formação discursiva, a qual é definida como o domínio do saber constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito, mas também o que não pode, não deve ser dito.

O funcionamento do sujeito do discurso só é possível por meio dessa relação entre o sujeito e a formação discursiva. Logo, esse sujeito não está na origem do dizer, já que é afetado pessoal e socialmente pela ideologia dominante. No campo pessoal, o indivíduo é dotado de um inconsciente; na sua constituição social, é interpelado pela ideologia. Trata-se de um sujeito histórico-ideológico, que é também constituído pelo inconsciente que o afeta. Ao ser interpelado pela ideologia, o indivíduo não tem consciência desse fato, razão pela qual acredita ser a origem do dizer, domina o que diz nas suas práticas discursivas. Por isso esse sujeito tem a ilusão de ser a origem do seu dizer, quando, na realidade, retoma sentidos preexistentes. Trata-se do denominado esquecimento nº 1 ou esquecimento ideológico, que atua na instância do inconsciente e é fruto do modo pelo qual o sujeito é afetado pela ideologia.

O sujeito, na função-autor, realiza um gesto de interpretação, representa-se na posição de autor, inscreve sua formulação no

repetível histórico (interdiscurso) e historiciza seu dizer. Ao realizar essas atividades, a questão da interpretação é trazida para a questão da autoria. Mas, uma vez inscrito em uma formação discursiva, também há a questão do silenciamento, visto que é na incompletude da linguagem que se inscreve a questão do silêncio, e a interpretação é vista como um movimento.

Partindo do pressuposto de que para uma palavra ter sentido é necessário que ela já tenha sentido, o significar deriva, então, do interdiscurso. Tem-se a ilusão de que o sentido origina-se nesse dizer, não tem história. Essa ilusão é um silenciamento necessário, inconsciente, constitutivo para que a posição-sujeito seja estabelecida, daí resulta o movimento da identidade e o movimento dos sentidos.

O interdiscurso é composto por tudo o que já foi dito, constituindo-se num complexo de formações discursivas, pois estão presentes todos os sentidos já produzidos, ele não admite lacunas, pelo contrário, é saturado (cf. INDURSKY, 2011).

Já a memória discursiva, segundo Courtine (1981, p. 53), “diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos”, logo ela diz respeito aos enunciados que se inscrevem na formação discursiva, no interior da qual eles recebem seu sentido. Isto significa que a memória discursiva cobre apenas os sentidos autorizados pela forma-sujeito no âmbito de uma formação discursiva (cf. INDURSKY, 2011).

O arquivo é a memória institucionalizada no interior do interdiscurso, ou seja, é a estabilização de sentidos, visto que, no arquivo, “o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relações de forças” (ORLANDI, 2003, p. 15). Então, o arquivo estabelece-se por meio do realizado, principalmente sobre o dito, resultando num efeito de fechamento, no entanto possível de recuperação pelas condições de produção. Ao contrário do interdiscurso, que se estrutura pelo esquecimento, o arquivo é constituído pelo que não se esquece ou pelo que não se deve esquecer. Por isso, no arquivo, fala a voz comum, a voz de todos, embora dividida.

Para que se possa aclarar o exposto convém que sejam recuperadas algumas informações concernentes às condições de produção do discurso romântico de Alencar materializado no romance intitulado *As minas de prata* (1865). O jornalista e advogado cearense José Martiniano de Alencar publicou em 1862 dezenove capítulos iniciais do romance *As minas de prata*, em dois fascículos da *Bibliotheca Brasileira*. Segundo o próprio Alencar relata em *Como e porque sou romancista*, somente três anos depois, o romance, inicialmente concebido como continuação de *O guarani*, foi publicado em seis volumes pela editora B. L. Garnier. “A composição dos cinco últimos volumes das *Minas de prata* ocupou-me três meses, entre 1864 e 1865; porém, a demorada impressão estorvou-me um ano, que tanto durou.” (ALENCAR, 1998, p. 72)

A segunda edição do romance é de 1877, então dividido como se conhece atualmente, em três volumes, sendo que isso não significou o simples agrupamento dos seis tomos anteriores em duplas, mas sim a redistribuição de capítulos iniciais e finais na nova divisão. Entre 1862 e 1865, foram adicionados capítulos àqueles publicados inicialmente, retiraram-se as notas ao primeiro fascículo da *Bibliotheca*, e o subtítulo “continuação do Guarany” foi suprimido.

Segundo Abreu (2002, p.7) a respeito das notas de rodapé dos três romances “indianistas” de Alencar, *O guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*, há dois tipos de narrador: um contemplativo e um histórico, sendo o primeiro responsável pelo enredo, e o segundo, por aprofundar aquilo que fora afirmado pelo anterior:

A onisciência do primeiro narrador ocupa um lugar de inegável preponderância, revestindo a sua utilização de um significado muito especial: plasmar a história gloriosa do ancestral brasileiro [no caso, o indígena], sem interferir muito nos acontecimentos. A sua posição é, assim, reverenciadora da personagem que compõe. O segundo, ao contrário, é talhado para dirigir a leitura e, freqüentemente, intervém no texto a fim de emitir juízos de valor, fundamentando e outorgando o discurso anterior, em virtude da ambicionada credibilidade adquirida pelo fornecimento de provas e citações, uma espécie

de trabalho argumentativo empregado para convencer e conquistar o leitor. (ABREU, 2002, p. 7-8)

Entretanto, Alencar, para constituir-se em sujeito do discurso, necessita subjetivar-se numa dada formação discursiva, a qual está subordinada a uma formação ideológica. Também essas são possíveis de identificação por meio das condições de produção e de marcas no próprio discurso.

Após a Independência do Brasil e cessadas as lutas pela sua consolidação, os intelectuais brasileiros, juntamente com o Imperador D. Pedro II, refletiram sobre a necessidade de criação de uma imagem de Estado Nacional com intuito de definir a jovem nação junto à população interna e externa. Para tanto, foi criado, em 1839, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) nos moldes das academias ilustradas europeias dos séculos XVII e XVIII.

As diretrizes apontadas para o IHGB, de autoria de Carl Friedrich Philipp von Martius, apontavam para o encontro das três raças que deram origem ao povo brasileiro: índio, branco e negro, ainda que privilegiando a raça branca. A necessidade de definir organicamente a população, considerando analogicamente a questão racial e os problemas sociais, fez emergir a observância retrospectiva das dissonâncias surgidas em meio à diversidade do povo para que, então, fossem reorganizadas em imagem exemplar a ser registrada para a posteridade.

Ao assumirem a tarefa nacionalista de cunhar uma identidade nacional e perpetuar a história pátria, os escritores românticos desempenharam um papel fundamental na criação dessa imagem exemplar. Entre esses escritores, encontra-se José de Alencar, cujos romances foram classificados por ele mesmo (cf. ALENCAR, 1959, p. 697) em três fases: primitiva, que recriava lendas e mitos; histórica, que tratava do período colonial e abordava a troca cultural entre os indígenas e os estrangeiros; e a última fase, chamada infância da literatura brasileira, que representava a sociedade nascente após a Independência e os consequentes ajustes pelos quais passavam a vida rural e a urbana.

É justamente na segunda fase mencionada que se encontra *As minas de prata*, gesto de interpretação literário de Alencar que está vinculado à formação ideológica definida por Martius e, conseqüentemente, à formação discursiva do romantismo. Nessa perspectiva, Alencar, na condição de formulador do discurso, apresenta uma identificação plena com a forma-sujeito universal da formação discursiva – trata-se, portanto, do “bom sujeito” (cf. INDURSKY, 2011).

Para levar a cabo a tarefa, a qual compreendia uma observância retrospectiva, Alencar valeu-se do arquivo (memória institucionalizada), composto pelos livros de história e pelas crônicas coloniais, como podem ser vistas nas notas de rodapé, que foram retiradas nas edições posteriores à de 1862, publicada na *Bibliotheca Brasileira*. As referências ao Pe. Manoel Mendes, compositor de cantochão e solfas da Igreja, aos historiadores Varnhagen e Rocha Pitta, aos cronistas Fernão Cardim e Gabriel Soares de Sousa, este citado já no primeiro capítulo do romance, compõem a formulação. O senhor de engenho do sul do Recôncavo baiano, Gabriel Soares de Sousa, um dos principais representantes da chamada literatura de viagem do século XVI, em seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, promove, pela primeira vez, a inclusão da figura do indígena das terras americanas no discurso europeu da época, representando um marco de fundação da historicidade do homem americano, ponto de partida para a sua incorporação ao fluxo da história ocidental.

Segundo Freitas (2009, p. 19), as notas coligidas pelo autor para *As minas de prata* se enquadram na reconstituição do passado, “já que elas pertencem àqueles capítulos que introduzem as principais personagens do romance e seu pano de fundo, bem como os acontecimentos políticos que também se encaixam nas engrenagens da narrativa”.

Como as notas se encerram no primeiro volume publicado em 1862, a partir da escrita do restante do romance – o que corresponde a uma boa parte do primeiro tomo e aos outros cinco finais – as digressões e referências ficam restritas ao corpo do texto (FREITAS, 2009, p. 19).

A fim de exemplificar como Alencar procede na função-autor para realizar as referências no corpo do romance, apresenta-se o trecho em que ele adiciona que o mestre de capela da Sé, Bartolomeu Pires, “era dono da ilha da Maré; e Gabriel Soares que o conhecera vinte e dous annos antes, deixou noticia delle e de seu engenho” (ALENCAR, 1865, v. 2, p. 97).

Alencar também recorreu a um manuscrito publicado pela *Revista do Instituto Histórico*, do terceiro trimestre de 1839, para desenvolver o relato da busca pelas minas de prata.

A descoberta desse manuscrito ensejou a expedição do cônego português Benigno José de Carvalho e Cunha, cuja correspondência repercutiu na imprensa e foi publicada na *Revista*, sendo a primeira missiva do religioso impressa no terceiro número de 1841. A esse respeito, Pedro Calmon (1950, p. 172-173) afirma:

O desassombro empolgou a douta sociedade e abriu um capítulo singular na história territorial do país: a expedição de um sacerdote obstinado, em demanda de um castelo de nuvens. Informou-se vagamente em Valença sôbre os caminhos que iam dar à serra do Sincorá, em cujas grimpas a suposta cidade erguia os seus velhos mármore, entrou em seguida Paraguaçu acima, até a barra do Uma, varejou a região das „lavras, antecipou-se à realidade, proclamando de lá que a cidade estava descoberta e não deu mais que falar de si. Era um visionário. O major Manuel Rodrigues de Oliveira, escrevendo da Bahia, declarou que „novos indícios da existência de uma antiga povoação abandonada tinham sido achados naqueles sítios enquanto o cônego permanecia „quedo no distrito diamantino de Sincorá ... Na mensagem de 1846 o presidente da província, general Andréia, inclinado à ironia, que na sua linguagem pitoresca tinha lampejos de florete, encerrou a discussão com frase contundente: „Deve haver encanto nisto, e da minha parte já o preveni de que lhe retirava as ordenanças e mesmo me parece tempo de lhe suspenderem os auxílios que recebe da Caixa provincial.

A história desse manuscrito é relatada por Sebastião da Rocha Pitta (1730) em seu livro *História da América portuguesa*. O historiador Pedro Calmon (1955, p. 22) relata que foi Belchior Dias, neto de Caramuru



e pai de Robério Dias na vida real e representando o avô de Estácio Correia no romance, quem primeiro se aventurou na busca do tesouro. Ainda segundo Calmon (1955, p. 25), o historiador Rocha Pitta reuniu avô, filho e neto em uma só personagem, o descobridor e o explorador das minas de prata. Foi dessa união e fruto desses relatos a recriação ficcional alencariana.

Essas consultas ao arquivo são fruto de uma interpelação ideológica com vista à reconstituição ficcional da sociedade colonial brasileira no início do século XVII e ao episódio da descoberta das minas de prata, atestando a identificação da posição-sujeito adotada por Alencar com a forma-sujeito da formação discursiva do romantismo brasileiro. Também as consultas ao arquivo e a relação entre personagens reais e ficcionais evidenciam a memória discursiva inerente à formação discursiva, na qual se subjetiva Alencar na função-autor.

Apresentadas as condições de produção que possibilitaram o surgimento do discurso, as formações ideológica e discursiva, às quais se filia Alencar em sua posição-sujeito na função-autor, passa-se, então, ao gesto de interpretação literário.

Raiava o ano de 1609.

A primeira manhã de janeiro, esfolhando a luz serena pelos horizontes puros e diáfanos, dourava o cabeça dos montes que cingem a linda Bahia do Salvador, e desenhava sobre o matiz de opala e púrpura o soberbo panorama da antiga capital do Brasil.

A cidade nascente apenas, mas louçã e gentil, elevando aos ares as grimpas de suas torres, olhando o mar que se alisava a seus pés como uma alcatifa de veludo, era então, pelo direito da beleza e pela razão da progenitura, a rainha do império selvagem que dormia ainda no seio das virgens florestas.

A natureza preparara no grupo de outeiros apinhados um trono de relva sobre o qual a linda cidade dominava o oceano, sorrindo ao nauta que da extrema do horizonte a saudava com um olhar amigo, para dar-lhe o bom-dia se chegava, e enviar-lhe o último adeus quando se partia.

Despertando com os primeiros raios da alvorada, a população baiana recobrava a atividade depois do repouso. As casas se abriam para receber o ar e a luz da manhã; a pouco e pouco os

mil rumores do dia, que são a voz das cidades, iam enchendo o espaço antes ocupado pelo silêncio e pelas trevas (ALENCAR, 1977, p. 9).

A reorganização em imagem exemplar exigiu do escritor romântico uma descrição da coordenada espaço-temporal que envolve a narrativa, em um gesto de interpretação literário, na qual apresenta o cenário em que ocorrerá a ação, a cidade do Salvador. Para isso, vale-se do emprego do verbo no pretérito imperfeito do indicativo, dando a ideia de uma ação continuada, que perdura por toda a ação. Assim, o tempo fica marcado: 1609, primeira década do século XVII, um século após o descobrimento do Brasil e 60 anos após a fundação da cidade do Salvador (1549) por Tomé de Sousa. Trata-se de uma jovem cidade à época da narrativa, como também era jovem a independente nação brasileira à época do acontecimento enunciativo da obra.

Ainda apresentando o cenário, Alencar (1977, p. 47) descreve o emblema representante da cidade do Salvador, no nono capítulo, da seguinte forma:



Sobre o arco central que sustentava a cúpula do pavilhão tinham pintado as armas que Tomé de Sousa dera à cidade do Salvador quando a fundara; eram essas uma rola branca sobre campo verde, tendo no bico um ramo de oliveira com o seguinte dístico em letras de ouro: Sic illa ad arcam reversa est<sup>1</sup>.

Esse emblema recordava a tradição bíblica. A rola simbolizava a mensageira de Deus que viera anunciar ao Brasil a aurora da civilização, como no começo do mundo anunciara ao gênero humano a bonança depois do dilúvio; a arca era a cidade onde num futuro bem próximo se devia salvar a colônia da invasão estrangeira<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Assim ela voltou à arca.

<sup>2</sup>Trata-se da ocupação holandesa que durou 11 meses, de maio de 1624 a abril de 1625. Em 1638, mais uma tentativa de invasão da Holanda, desta vez com o Conde Maurício de Nassau, que não obteve êxito.

Ainda a respeito da cidade do Salvador, o romancista adiciona a seguinte nota na edição de 1862:

*A Bahia* – Gabriel Soares (*Roteiro*) – dá em 1587 oitocentos moradores à Bahia: em 22 anos que vão para 1609, essa população deviasi ter elevado ao algarismo de 1,500 pouco mais ou menos. – A capitania tinha em 1587 2,000 – colonos, 4,000 escravos, e 6,000 índios cathequisados, segundo o author citado (ALENCAR, 1862, v. 1, p. II).

Na apresentação do cenário, observa-se, em linhas gerais, que Alencar foca em elementos da natureza que reconduzem o interlocutor ao discurso dos cronistas (viajantes que visitaram a cidade), que, por sua vez, se remete ao discurso de Pero Vaz de Caminha, materializado na sua *Carta a El-Rei de Portugal*, quando descreve as terras recém-descobertas (discurso fundador). Ocorre, portanto, um efeito de paráfrase, visto “as relações de parafrasegagem que diferentes expressões, palavras e enunciados mantêm entre si no interior de uma matriz de sentido a qual se organiza no âmbito de uma formação discursiva” (INDURSKY, 2011, p. 68), efeito que demonstra a identificação da posição-sujeito de Alencar com a forma-sujeito da formação discursiva. A descrição vale-se de uma adjetivação afetiva e pictórica, característica da formação discursiva do romantismo na reorganização da imagem exemplar da jovem nação e que estabiliza os sentidos pela memória discursiva.

A jovialidade da cidade também é apresentada, assim como as suas construções no seio da natureza, figurativizando a jovem nação brasileira. Outro elemento que se destaca é a localização sobre a Baía de Todos os Santos, a relação terra-mar tão importante para a colonização das terras brasileiras. Também esses elementos são fruto da paráfrase, uma vez que se inscrevem na matriz de sentido da formação discursiva, na qual Alencar se subjetiva, visto constarem no arquivo.

Não há pois admirar se a Capital do Brasil despertou quinta-feira, 1.º de janeiro de 1609, possuída do alvoroço agradável

que produz uma esperança prestes a realizar-se, e precede a satisfação de um desejo afagado de nossa alma.

Às seis horas o sino pequeno da Sé, tangido rapidamente, soltou os alegres repiques, que pelo som argentino parecem as vozes travessas dos anjos do Senhor, chamando os fiéis; os ecos vibrando no ar foram apressar as palpitações de muito coração que os esperava com impaciência.

Quase ao mesmo tempo o carrilhão do Colégio dos Jesuítas retroando pelo espaço acompanhava o canto matutino da torre episcopal; suas notas graves, sombrias e plangentes, unindo-se aos repiques das outras igrejas, formavam o concerto majestoso com que a religião da luz e da verdade saúda o nascimento do dia (ALENCAR, 1977, p. 10-11).

No imaginário ocidental, ainda na contemporaneidade, a chegada de um novo ano tem o seu simbolismo. Essa comemoração ocidental tem origem em um decreto do ditador romano Caio Júlio César, que fixou o dia 1º de janeiro como o Dia do Ano Novo em 46 a.C. Os romanos dedicavam esse dia a Jano, o deus dos portões, um dos deuses mais antigos de Roma. A designação do mês de janeiro deriva do nome de Jano, que tinha duas faces (bifronte) – uma voltada para frente (visualizando o futuro) e a outra para trás (visualizando o passado) – marcando a evolução do passado ao futuro. O ano simboliza a medida de um processo cíclico completo, que contém em si suas fases ascendente e descendente, evolutiva e involutiva, suas estações, e anuncia um retorno periódico do mesmo ciclo. O Ano Novo simboliza a esperança de mudança, geralmente para melhor, com o início de um novo ciclo.

Assim também, em escala menor, a chegada de um novo dia com sua claridade afasta os temores da escuridão. A analogia entre o dia e a vida – nascimento, crescimento, plenitude e declínio – fez com que o homem temesse a escuridão, por significar a morte. A noite simboliza o tempo das gestações, das germinações, das conspirações, que vão desabrochar em pleno dia como manifestações. A noite, banida pelo amanhecer, apresenta um duplo aspecto, o das trevas em que fermenta o vir a ser, e o da preparação do dia, de que brotará a luz da vida.

O sino saúda a chegada do dia, especialmente o primeiro dia do ano. Em uma época em que a população não tinha relógio, os sinos das igrejas cumpriam o papel de informar a população sobre as horas, os falecimentos, os nascimentos etc. Pela posição do seu badalo, o sino evoca a posição de tudo o que está suspenso entre o céu e a terra e estabelece uma comunicação entre os dois. Observa-se a figurativização dos sons: enquanto o sino da Igreja da Sé “soltou os alegres repiques, que pelo som argentino parecem as vozes travessas dos anjos do Senhor, chamando os fiéis”, o carrilhão do Colégio dos Jesuítas soltou “suas notas graves, sombrias e plangentes”.

Nessa relação entre o dia e a noite, uma vez que, à noite, há trevas e silêncio e, durante o dia, há “a voz das cidades”, que são “os rumores do dia”, a cordialidade do povo brasileiro está representada pelo “bom-dia” à chegada e pelo adeus à partida.

Conforme se detecta na análise de recortes do primeiro e do nono capítulos do romance *As minas de prata*, José de Alencar (1865) apresenta um “retrato” da cidade de Salvador, em uma narrativa complexa, que se reporta ao ano de 1609. Alencar, como formulador, é interpelado pela ideologia e é assujeitado à língua, para se constituir em um sujeito que se filia a uma formação discursiva e exerce a função-autor, expressando um gesto de interpretação literário, o qual está vinculado à formação ideológica definida por Martius e, conseqüentemente, à formação discursiva do romantismo, que busca desenvolver a tarefa nacionalista de cunhar uma identidade nacional e perpetuar a história pátria na criação dessa imagem exemplar. Nessa perspectiva, Alencar, como formulador do discurso, apresenta uma identificação plena com a forma-sujeito universal da formação discursiva a que se filia. Para realizar esse gesto de interpretação literário, Alencar valeu-se do arquivo (memória institucionalizada), composto pelos livros de história e pelas crônicas coloniais, realizando referências no corpo do texto e em notas de rodapé.

Essas consultas ao arquivo são fruto de uma interpelação ideológica com vista à reconstituição ficcional da sociedade colonial brasileira no início do século XVII e ao episódio da descoberta das minas

de prata, atestando a identificação da posição-sujeito adotada por Alencar com a forma-sujeito da formação discursiva do romantismo brasileiro. Também essas consultas ao arquivo e a relação entre personagens reais e ficcionais evidenciam a memória discursiva inerente à formação discursiva, na qual se subjetiva Alencar na função-autor.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Mirhiane Mendes de. **Ao pé da página**: a dupla narrativa de José de Alencar. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 2002.

ALENCAR, José de. **As minas de prata**. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1862.

ALENCAR, José de. **As minas de prata**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865.

\_\_\_\_\_. “Benção paterna”. In: ALENCAR, José de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959. v.1.

\_\_\_\_\_. **As minas de prata**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1977.

\_\_\_\_\_. **Como e porque sou romancista**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

CALMON, Pedro. A verdade das minas de prata. In: ALENCAR, José de. **As minas de prata**: romance. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955. v. 1, p. 19-25.

\_\_\_\_\_. **O segredo das minas de prata**. Rio de Janeiro: A Noite, 1950.

CARDIM, Fernão. **Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente (S. Paulo), etc. desde o anno 1583 ao de 1590, indo por visitador o P. Christóvam de Gouvea**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1847.

COURTINE, Jean-Jacques. *Analyse du discours politique*. **Langages**, Paris, n. 62, juin. 1981.

FREITAS, Renata Dal Sasso. José de Alencar e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: apontamentos sobre a concepção do romance *As Minas de Prata* (1862-1865) e a cultura histórica brasileira nos oitocentos. **Aedos**, Porto Alegre, v. 2, n.5, jul.-dez. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs/aedos>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

ORLANDI, Eni. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni. P. (Org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes, Labeurb/UNICAMP, 2003.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. Antes da sua separação e independência de Portugal. 6. ed. Revisão e notas de Rodolfo Garcia. São Paulo: Melhoramentos, 1959. v. 2.

*Recebido em maio de 2012.*

*Aprovado em junho de 2012.*

## **SOBRE O AUTOR**

**JOÃO ANTONIO DE SANTANA NETO** é Licenciado em Letras Vernáculas pela Universidade Católica do Salvador (1984), Mestre em Letras - Filologia e Língua Portuguesa - pela Universidade de São Paulo (1991) e Doutor em Letras - Filologia e Língua Portuguesa - pela Universidade de São Paulo (1997). Realizou Estágio Pós-Doutoral na Universidade Nova de Lisboa com bolsa CAPES em 2003/2004 e Estágio Pós-Doutoral na UFMG em 2009/2010. Atualmente é professor titular-pleno da Universidade do Estado da Bahia, onde atua também como docente do Programa de Pós-Graduação

em Estudo de Linguagens. Também é professor adjunto da Universidade Católica do Salvador. Foi professor colaborador sem remuneração do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia de 1998 a 2011. Coordenador do Núcleo de Estudos da Análise do Discurso (NEAD). Foi bolsista de Produtividade em Pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia 2006/2008. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Filologia Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: análise do discurso, argumentação, semiótica greimasiana e retórica.

E-mail: joasantananeto@msn.com